

SUMÁRIO

Capítulo I

Fontes e integração. Princípios do processo do trabalho	37
1. Fontes e integração	37
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	39
2.1. Eficácia no tempo	39
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista)	42
2.1.1.1. Recursos	44
2.2. Eficácia no espaço	45
3. Princípios	45
3.1. Introdução	45
3.2. Princípios do processo do trabalho	46
3.2.1. Princípio da proteção	46
3.2.2. Princípio da conciliação	46
3.2.3. Princípio do jus postulandi	47
3.2.4. Princípio da oralidade	48
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	48
3.2.6. Princípio da extrapetição	49
3.2.7. Princípio da simplicidade	50
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	50
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	50

3.3.2.	Princípio da cooperação	50
3.3.3.	Princípio da boa-fé	51
3.4.	Outros princípios processuais	51
3.4.1.	Princípio dispositivo	51
3.4.2.	Princípio inquisitivo	52
3.4.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição	52
3.4.4.	Princípio da instrumentalidade das formas	53
3.4.5.	Princípio da preclusão	53

Capítulo II

Organização da Justiça do Trabalho	55
1. Introdução	55
2. Tribunal Superior do Trabalho	56
3. Tribunais Regionais do Trabalho	59
4. Juízes do trabalho	61
5. Ingresso na carreira	62
6. Garantias dos juízes	62
7. Vedações dos juízes	63
8. Deveres e poderes dos juízes	64
9. “Juízo 100% Digital”	65
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	66
10.1. Secretarias das varas do trabalho	66
10.2. Secretarias dos tribunais	68
10.3. Serviços de distribuição de feitos	68
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	70

Capítulo III

Ministério Público do Trabalho	71
1. Ministério Público: conceito	71
2. Organização	71
3. Ministério Público do Trabalho	72
4. Princípios institucionais	74
4.1. Unidade	74
4.2. Indivisibilidade	75
4.3. Independência funcional	75
4.4. Promotor natural	75

5. Atribuições do ministério público do trabalho	75
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público ...	77

Capítulo IV

Formas de solução de conflitos e jurisdição	79
1. Formas de solução de conflitos	79
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	80
2.1. Mediação e Conciliação	80
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	81
2.2.1. Introdução	81
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	82
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	83
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	83
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	84
3. Arbitragem	85
4. Jurisdição	86
4.1. Jurisdição voluntária	86
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho	86
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	87
4.3.1. Petição conjunta	87
4.3.2. Representação por advogado	87
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial	88
4.3.4. Realização de audiência	88
4.3.5. Sentença	88
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial	89
4.3.6.1. Transação	89
4.3.6.2. Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias	89
4.3.6.3. Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	90
4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	91

3.6.2. <i>Habeas Corpus</i>	114
3.6.3. <i>Habeas Data</i>	115
3.7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	115
3.8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	117
3.9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	117
3.10. Outras competências da Justiça do Trabalho	119
3.11. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	119
3.12. Competência normativa	119
4. Competência funcional	120
5. Competência em razão do lugar (territorial)	121
5.1. Local da prestação dos serviços	122
5.2. Agente ou viajante comercial	122
5.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior	123
5.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	124
5.5. Competência Territorial na Ação Civil Pública	125
5.6. Foro de eleição	126
6. Conflitos de competência	127

Capítulo VI

<i>Partes e procuradores no processo do trabalho</i>	129
1. Conceito	129
2. Capacidade de ser parte	130
3. Capacidade processual	130
3.1. Representação	131
3.1.1. Incapazes	131
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	133
3.1.3. Representação em audiência	134
4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	136
5. Representação por advogado	139
5.1. Substabelecimento	140
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	141
5.3. Mandato tácito	142
5.4. Estagiário	143

5.5.	Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	144
5.6.	Regularização da representação	146
6.	Honorários advocatícios	148
7.	Benefício da justiça gratuita	151
7.1.	Conceito	151
7.2.	Características do benefício da justiça gratuita	151
7.3.	Sujeitos beneficiários	153
7.4.	Abrangência da gratuidade	154
7.5.	Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	155
8.	Litisconsórcio	156
8.1.	Esquema das classificações dos litisconsórcios	160
9.	Substituição processual	160
10.	Sucessão processual	162
11.	Deveres das partes e daqueles que participam do processo	163
12.	Litigância de má-fé	164
12.1.	Beneficiário da justiça gratuita	166
13.	Assédio processual	166
14.	Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe	167
14.1.	Procedimento	168
14.2.	Coronavírus e fato do príncipe	169

Capítulo VII

Atos processuais	171	
1. Introdução	171	
2. Comunicação dos atos processuais	173	
2.1.	Formas de citação	173
2.2.	Formas de intimação	178
3. Prazos processuais	180	
3.1.	Princípios dos prazos processuais	182
3.2.	Contagem dos prazos processuais	182
3.2.1.	Contagem em dias úteis	184
3.2.2.	Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	185
3.2.3.	Contagem dos prazos no processo eletrônico	185
3.2.4.	Interrupção e suspensão	186
3.2.4.1.	Recesso forense	188

3.3.	Prazos diferenciados	188
3.4.	Principais prazos processuais	190
4.	Despesas processuais	192
4.1.	Custas processuais	192
4.1.1.	Valor das custas processuais	192
4.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas	194
4.1.3.	Momento do recolhimento das custas	195
4.1.4.	Isentos do pagamento das custas	195
4.2.	Valor dos emolumentos	197
4.3.	Honorários periciais	197
5.	Negócio Jurídico processual	199

Capítulo VIII

<i>Nulidades processuais</i>	201
1. Vícios processuais: classificação	201
2. Princípios das nulidades processuais	202
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	202
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	203
2.3. Princípio da economia processual	204
2.4. Princípio do interesse	204
2.5. Princípio da utilidade	204
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	205
3. Quadro resumido	205

Capítulo IX

<i>Petição inicial</i>	207
1. Formas de reclamação	207
2. Requisitos da petição inicial	208
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos)	209
2.2. Pedido	209
2.2.1. Requisitos do pedido	210
2.2.2. Cumulação de pedidos	211
3. Aditamento e emenda da petição inicial	213
4. Indeferimento da petição inicial	214
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial	216
5. Improcedência liminar do pedido	216

6. Desistência da reclamação	218
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	218

Capítulo X

Audiências	221
1. Generalidades	221
2. Atraso na audiência	224
3. Fracionamento da audiência	224
4. Comparecimento das partes	225
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	226
4.2. Ausência do reclamante	226
4.3. Ausência do reclamado	228
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	230
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	230
5. Suspensão da audiência	232
6. Audiência telepresencial e por videoconferência	233
6.1. Generalidades	233
6.2. Audiência de conciliação e apresentação da contestação	235
6.3. Audiência de instrução	236
6.4. Sustentação oral	238
7. Acordo judicial	238

Capítulo XI

Resposta do Réu	241
1. Introdução	241
2. Contestação	243
2.1. Defesas processuais	243
2.1.1. Incompetência relativa	244
2.1.2. Legitimidade	244
2.2. Defesas de mérito	245
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	247
2.3. Princípios	248
2.3.1. Princípio da impugnação específica	248
2.3.2. Princípio da eventualidade	249

2.4.	Revelia	249
2.4.1.	Não produção dos efeitos da revelia	250
2.4.2.	Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	251
3.	Exceções	253
3.1.	Exceção de impedimento e suspeição	254
3.1.1.	Momento de Alegação	256
3.1.2.	Procedimento	256
3.2.	Exceção de incompetência (relativa)	258
3.2.1.	Prazo para apresentação	259
3.2.2.	Necessidade de indicação do juízo competente	260
3.2.3.	Suspensão do processo	260
3.2.4.	Contraditório	260
3.2.5.	Produção de prova oral	260
3.2.6.	Decisão da exceção de incompetência	261
3.2.7.	Recorribilidade da decisão proferida na exceção	261
3.2.8.	Fluxograma	262
4.	Reconvenção	263

Capítulo XII

Provas	265	
1. Introdução	265	
2. Princípios da prova	266	
2.1.	Contraditório e ampla defesa	266
2.2.	Necessidade	268
2.3.	Oralidade	268
2.4.	Imediação	269
2.5.	Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	269
3. Classificação	270	
4. Ônus da prova	271	
4.1.	Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)	272
4.1.1.	Teoria Estática do ônus da prova	272
4.1.2.	Teoria dinâmica do ônus da prova	273
4.1.2.1.	Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	274

4.1.2.2.	Fundamentação da decisão	274
4.1.2.3.	Prova impossível ou excessivamente difícil	275
4.1.3.	Distribuição convencional do ônus da prova	275
4.2.	Casos específicos na jurisprudência do TST	275
4.2.1.	Equiparação salarial	276
4.2.2.	Recebimento da notificação	276
4.2.3.	Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	277
4.2.4.	Horas extraordinárias	278
4.2.4.1.	Registro de ponto por exceção	280
4.2.5.	Dispensa discriminatória de portador de doença grave	281
4.2.6.	Vale-transporte	282
4.2.7.	Diferenças no recolhimento do FGTS	282
4.2.8.	Grupo econômico	283
4.2.9.	Terceirização pela Administração Pública	283
5.	Prova emprestada	284
6.	Meios de prova	285
6.1.	Interrogatório e depoimento pessoal	285
6.1.1.	Confissão	289
6.2.	Prova testemunhal	291
6.2.1.	Generalidades	291
6.2.2.	Quem pode testemunhar?	291
6.2.3.	Número máximo de testemunhas	293
6.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência	293
6.2.5.	Procedimento	294
6.2.6.	Multa aplicada à testemunha	296
6.2.7.	Instauração de incidente	297
6.3.	Prova documental	298
6.3.1.	Falsidade de documento	300
6.4.	Prova pericial	301
6.5.	Inspeção judicial	305
7.	Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	306
8.	Encerramento da instrução	307

Capítulo XIII

<i>Sentença e coisa julgada</i>	309
1. Pronunciamentos judiciais	309
1.1. Sentença	309
1.2. Decisão Interlocutória	310
1.3. Despacho	311
1.4. Acórdão	311
2. Requisitos da sentença	311
2.1. Fundamentação	313
3. Classificação	317
4. Princípio da congruência	318
5. Publicação e intimação	320
6. Julgamento Antecipado	321
6.1. Julgamento Antecipado Total	321
6.2. Julgamento Parcial do Mérito	322
7. Efeitos anexos da sentença	324
7.1. Hipoteca Judiciária	324
8. Coisa Julgada	325

Capítulo XIV

<i>Tutela provisória</i>	327
1. Tutela provisória	327
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência	328
2. Tutelas de urgência	330
2.1. Requisitos para concessão	332
2.2. Formas de requerimento	333
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	334
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	334
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	335
3. Tutela de evidência	336
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	336
4. Momento de concessão e meios de impugnação	337

Capítulo XV

<i>Procedimento sumaríssimo e procedimento sumário</i>	339
1. Procedimento Sumaríssimo	339

1.1.	Incidência	339
1.2.	Petição inicial e prazo para apreciação	340
1.3.	Audiência	340
1.4.	Sentença	341
1.5.	Recursos	342
1.5.1.	Recurso ordinário	342
1.5.2.	Recurso de revista	342
1.5.3.	Embargos para a SDI (embargos de divergência)	343
2.	Procedimento sumário	343
3.	Procedimento ordinário	344

Capítulo XVI

Recursos trabalhistas 345

1.	Teoria geral dos recursos	345
1.1.	Meios de impugnação	345
1.2.	Conceito de recurso	346
1.3.	Classificação	347
1.3.1.	Quanto ao objeto imediato do recurso	347
1.3.2.	Quanto à fundamentação	347
1.3.3.	Quanto à extensão da matéria impugnada	348
1.3.4.	Quanto à independência	348
1.3.5.	Resumo das classificações	351
1.4.	Princípios recursais	352
1.4.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	352
1.4.2.	Princípio da taxatividade (tipicidade)	352
1.4.3.	Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	352
1.4.4.	Princípio da consumação	352
1.4.5.	Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	353
1.4.6.	Princípio da dialeticidade	355
1.4.7.	Princípio da voluntariedade	356
1.4.8.	Princípio da proibição da reformatio in pejus	356
1.4.9.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	357
1.4.10.	Princípio da primazia da decisão de mérito	358
1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	360

1.5.1.	Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	362
1.5.1.1.	Omissão no juízo de admissibilidade parcial	363
1.5.2.	Poderes do relator	364
1.6.	Pressupostos recursais	366
1.6.1.	Introdução	366
1.6.2.	Cabimento	367
1.6.3.	Legitimidade para recorrer	368
1.6.4.	Interesse em recorrer	369
1.6.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	369
1.6.5.1.	Aceitação da decisão	369
1.6.5.2.	Renúncia	369
1.6.5.3.	Desistência	370
1.6.6.	Tempestividade	371
1.6.6.1.	Intempestividade	372
1.6.7.	Representação	373
1.6.8.	Preparo	377
1.6.8.1.	Custas processuais	377
1.6.8.2.	Depósito recursal	381
1.6.8.2.1.	Generalidades	381
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação	382
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo	382
1.6.8.2.4.	Correção monetária	383
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial	383
1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal	385
1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	387
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	388
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	389
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	390

1.6.9.	Regularidade formal	392
1.7.	Juntada de documentos	393
1.8.	Efeitos recursais	393
1.8.1.	Efeito obstativo	393
1.8.2.	Efeito devolutivo	393
1.8.3.	Efeito suspensivo	396
1.8.4.	Efeito translativo	397
1.8.5.	Efeito regressivo	397
1.8.6.	Efeito expansivo	397
1.8.7.	Efeito substitutivo	398
1.9.	Remessa Necessária	399
2.	Recursos em espécie	401
2.1.	Embargos de declaração	401
2.1.1.	Introdução	401
2.1.2.	Competência	402
2.1.3.	Prazo para interposição	402
2.1.4.	Hipóteses de cabimento	403
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis	405
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo	405
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	407
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios	408
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	408
2.2.	Recurso ordinário	409
2.2.1.	Introdução	409
2.2.2.	Hipóteses de cabimento	410
2.2.3.	Juízo de retratação	411
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	411
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo	412
2.3.	Agravo de petição	413
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	415
2.4.	Recurso de revista	416
2.4.1.	Introdução	416

2.4.2.	Prazo	417
2.4.3.	Competência para julgamento	417
2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade	417
2.4.4.1.	Prequestionamento	418
2.4.4.2.	Transcendência	420
2.4.5.	Hipóteses de cabimento	421
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	422
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização traba- lhista	425
2.4.5.1.1.1.	Direito intertemporal	427
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	428
2.4.6.	Rito sumaríssimo	429
2.4.7.	Fase de execução	429
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	430
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas	430
2.4.9.1.	Introdução	430
2.4.9.2.	Requisitos	431
2.4.9.3.	Processamento	431
2.4.9.3.1.	Competência	431
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação	431
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação	433
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos	433
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho ...	433
2.4.9.3.6.	Julgamento	434
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os pro- cessos futuros	435
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	435
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos re- cursos repetitivos	436
2.5.	Embargos no TST	436
2.5.1.	Introdução	436

2.5.2.	Embargos infringentes	436
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	437
2.5.3.1.	Introdução	437
2.5.3.2.	Prazo	438
2.5.3.3.	Competência para julgamento	438
2.5.3.4.	Prequestionamento	439
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	439
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	440
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	440
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	441
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade	441
2.6.	Agravo de instrumento	442
2.6.1.	Cabimento	442
2.6.2.	Prazo	443
2.6.3.	Competência	444
2.6.4.	Pressupostos recursais	444
2.6.4.1.	Formação do instrumento	445
2.6.5.	Juízo de retratação	446
2.7.	Agravo interno e regimental	446
2.7.1.	Multa no agravo interno	448
2.8.	Recurso extraordinário	450
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo	452
3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	454
3.1.	Microssistema de julgamentos de causas repetitivas	454
3.2.	Natureza Jurídica	455
3.3.	Cabimento e requisitos	455
3.4.	Competência	456
3.5.	Legitimidade	457
3.5.1.	Desistência ou abandono	457
3.6.	Procedimento	458
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR	460
4.	Incidente de Assunção de Competência	461
4.1.	Introdução	461
4.2.	Cabimento	461

4.3.	Competência	462
4.4.	Legitimidade	462
4.5.	Objetivos	462
4.6.	Requisitos	463
4.7.	Procedimento	463
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	464
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	465
4.10.	Assunção de competência no TST	466
5.	Reclamação	468
5.1.	Introdução	468
5.2.	Natureza Jurídica	468
5.3.	Cabimento	469
5.4.	Legitimidade	469
5.5.	Procedimento	469
5.6.	Recursos da decisão da reclamação	470
6.	Reclamação correicional	471

Capítulo XVII

<i>Liquidação de sentença</i>	473	
1.	Introdução	473
2.	Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	474
3.	Modalidades de liquidação	474
3.1.	Liquidação por cálculos	474
3.1.1.	Procedimento	475
3.2.	Liquidação por arbitramento	476
3.3.	Liquidação por artigos	476
4.	Juros e correção monetária	477
4.1.	Modulação de efeitos	479
4.2.	Condenação em face da Fazenda Pública	479
4.2.1.	Juros	479
4.2.2.	Correção Monetária	480
5.	Impugnação da decisão de liquidação	481

Capítulo XVIII

Execução trabalhista	483
1. Introdução	483
2. Título executivo	484
2.1. Títulos judiciais	484
2.2. Títulos extrajudiciais	485
3. Execução provisória e definitiva	485
4. Competência	488
5. Legitimidade	488
5.1. Legitimidade ativa	488
5.1.1. Execução de ofício	489
5.2. Legitimidade passiva	489
6. Responsabilidade patrimonial	490
6.1. Responsabilidade do sucessor	492
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização	493
6.3. Responsabilidade do sócio	495
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	495
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	499
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio	500
6.4. Responsabilidade do Grupo Econômico	500
6.5. Responsabilidade do cônjuge	502
7. Fraude contra credores e fraude à execução	502
7.1. Fraude contra credores	503
7.2. Fraude à execução	503
7.2.1. Bens sujeitos a registro	506
7.3. Principais diferenças	507
8. Execução por quantia certa	507
8.1. Introdução	507
8.2. Citação	507
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	508
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	510
8.3.2. Protesto	511
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadim- plentes (SERASAJUD)	512

8.4.	Nomeação de bens	513
8.5.	Penhora	514
8.5.1.	Depositário	516
8.5.2.	Penhora em dinheiro	517
8.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	518
8.5.2.2.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária	519
8.5.2.3.	Requisitos para apólice do seguro-garantia judicial e da fiança bancária	520
8.5.3.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	522
8.5.4.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	523
8.5.5.	Bens impenhoráveis	523
8.5.5.1.	Impenhorabilidade da remuneração do executado	525
8.5.5.2.	Impenhorabilidade do bem de família	527
8.6.	Defesa na execução	528
8.6.1.	Embargos à execução	528
8.6.1.1.	Natureza Jurídica	528
8.6.1.2.	Prazo	529
8.6.1.3.	Competência	530
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	530
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos	531
8.6.1.6.	Procedimento	532
8.6.2.	Exceção de pré-executividade	533
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação	533
8.6.4.	Embargos de terceiros	533
8.6.4.1.	Generalidades	533
8.6.4.2.	Prazo	535
8.6.4.3.	Competência	535
8.7.	Prescrição intercorrente	536
8.8.	Expropriação de bens	537
8.8.1.	Adjudicação	538
8.8.2.	Arrematação	539

8.8.2.1.	Introdução	539
8.8.2.2.	Legitimidade	540
8.8.2.3.	Publicidade	541
8.8.2.4.	Lance	541
8.8.2.5.	Pagamento	542
8.8.2.6.	Pagamento parcelado	542
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado	543
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado	544
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação	546
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente	547
8.10.	Remissão da execução	548
8.11.	Execução de prestações sucessivas	549
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	549
9.1.	Título judicial	549
9.2.	Título extrajudicial	551
10.	Execução de contribuições previdenciárias	552
11.	Execução contra a massa falida	557
12.	Execução contra a fazenda pública	558
12.1.	Introdução	558
12.2.	Precatório	560
12.2.1.	Ordem preferencial	561
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento	563
12.3.	Requisição de pequeno valor	564

Capítulo XIX

<i>Dissídio coletivo</i>	567
1. Conceito	567
2. Classificação	568
3. Poder normativo	569
3.1. Limites	570
3.1.1. Limite mínimo	570
3.1.2. Limite máximo	570
4. Competência	571

4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	571
5. Legitimidade	572
6. Pressupostos processuais específicos	573
6.1. Negociação prévia	573
6.2. Autorização em assembleia	574
6.3. Comum acordo	575
6.4. Época própria para ajuizamento	575
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	576
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	576
7. Procedimento	576
8. Sentença normativa	577
8.1. Conceito e natureza jurídica	577
8.2. Início da vigência	578
8.3. Prazo de vigência	578
8.4. Extensão	578
9. Coisa julgada	580
10. Recursos	580
10.1. Efeito suspensivo	580
11. Dissídio revisional	581
12. Dissídio coletivo na administração pública	581
13. Ação de cumprimento	582
13.1. Natureza jurídica	582
13.2. Cabimento	583
13.3. Competência	583
13.4. Legitimidade	583
13.5. Momento do ajuizamento	584
13.6. Prescrição	584
13.7. Objeto	584
13.8. Coisa julgada	584

Capítulo XX

<i>Procedimentos especiais</i>	587
1. Inquérito para apuração de falta grave	587
1.1. Cabimento	587
1.2. Prazo para propositura	588
1.3. Procedimento	589

1.4.	Efeitos da sentença	589
2.	Ação Civil Pública	590
2.1.	Introdução	590
2.2.	Cabimento	590
2.3.	Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	591
2.4.	Competência	593
2.5.	Legitimidade	595
2.6.	Litisconsórcio	596
2.7.	Objeto	597
2.8.	Tutelas de urgência	598
2.9.	Prescrição	599
2.10.	Litispendência	600
2.11.	Instrução	601
2.12.	Sentença	602
2.13.	Coisa julgada	602
2.13.1.	Interesses ou direitos difusos e coletivos	603
2.13.2.	Interesses ou direitos individuais homogêneos	605
2.13.3.	Esquema	606
2.14.	Despesas processuais e honorários advocatícios	607
3.	Ação rescisória	607
3.1.	Introdução	607
3.2.	Competência	608
3.3.	Legitimidade	610
3.4.	Pressuposto da ação rescisória	611
3.4.1.	Trânsito em julgado	612
3.4.2.	Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	613
3.5.	Prazo para ajuizamento	616
3.5.1.	Recurso parcial	617
3.5.2.	Acordo homologado judicialmente	618
3.6.	Hipóteses de cabimento	619
3.6.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	620
3.6.2.	Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	621
3.6.3.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	621

3.6.4.	Ofensa à coisa julgada	623
3.6.5.	Violação manifesta de norma jurídica	625
3.6.6.	Prova falsa	628
3.6.7.	Obtenção de prova nova	628
3.6.8.	Erro de fato	630
3.7.	Juízo rescindendo e juízo rescisório	631
3.8.	Valor da causa	632
3.9.	Depósito prévio	632
3.10.	Procedimento	633
3.11.	Honorários advocatícios	634
3.12.	Recurso	634
3.13.	Ação rescisória de ação rescisória	635
4.	Mandado de segurança	635
4.1.	Conceito	635
4.2.	Legitimidade	636
4.2.1.	Legitimidade ativa	636
4.2.2.	Legitimidade passiva	636
4.3.	Competência	637
4.4.	Modalidades	638
4.5.	Cabimento	638
4.6.	Ato ilegal ou abuso de poder	639
4.7.	Direito líquido e certo	639
4.8.	Prazo para impetração	642
4.9.	Petição inicial	642
4.10.	Despacho da petição inicial	643
4.11.	Informações da autoridade coatora	644
4.12.	Parecer do Ministério Público	644
4.13.	Defesa oral	644
4.14.	<i>Jus postulandi</i>	644
4.15.	Honorários advocatícios	644
4.16.	Recurso	644
4.17.	Reexame necessário	645
4.18.	Mandado de segurança coletivo	645
5.	Consignação em Pagamento	646
5.1.	Cabimento	646
5.2.	Objeto	647

5.3. Competência	647
5.4. Legitimidade	647
5.5. Procedimento	648
6. Ação monitória	649
6.1. Conceito	649
6.2. Aplicação ao processo do trabalho	649
6.3. Procedimento	650

Capítulo XXI

Informatização do processo judicial	653
1. Introdução	653
2. Sistema de peticionamento eletrônico	655
3. Processo judicial eletrônico	656
3.1. Introdução	656
3.2. Assinatura digital	657
3.3. Usuários	659
3.3.1. Responsabilidade do usuário	661
3.3.2. Uso inadequado do sistema	661
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	662
3.5. Recebimento de arquivos	664
3.6. Documentos	665
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digi- talizados	666
3.7. Consulta	667
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo	667
3.8. Atos processuais	668
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	668
3.8.2. Prazos processuais	669
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos pro- cessuais	670
3.8.2.2. Suspensão	670
3.8.3. Juntada de petições	671
3.8.3.1. Petição inicial	671
3.8.3.2. Resposta do réu	673
3.8.4. Audiência	673
3.8.5. Carta precatória	674

3.8.6.	Autos suplementares no segundo grau	674
3.9.	Administração do sistema	675
3.9.1.	Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	675
3.9.1.1.	Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)	676
3.9.2.	Comitês gestores regionais (CGRPJe)	677
3.9.3.	Administrador do sistema	679
3.9.4.	Equipe de teste	679
Bibliografia	681